

Eleições 82

Maria do Carmo Campello de Souza e Eduardo Kugelmas

¹ Ver Guy Hermet, Richard Rose e Alain Rouquié, *Elections without choice*, New York, Halsted Press, 1978.

² Este importante aspecto da evolução do regime militar brasileiro não tem sido suficientemente enfatizado; entre outros, Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier e Luís Felipe Alencastro assinalaram sua relevância.

Preocupados com as dificuldades implícitas na análise e avaliação dos processos eleitorais de tipo controlado e restrito, os autores de um trabalho sobre "eleições sem escolha" ¹ sugerem o termo eleições semicompetitivas para caracterizar algumas das situações onde não se cumprem as condições arquetípicas da democracia representativa mas, mesmo assim, as eleições provocam certos efeitos no sistema político. Os processos deste tipo, embora, no limite, possam descambar para uma simples farsa ritual de confirmação do poder, nem por isso deixam de desempenhar algumas funções, como a de comunicação em larga escala entre governo e população, manutenção de legitimidade (internamente e para consumo da opinião pública internacional), servir de válvula de escape para tensões acumuladas e, por vezes, a de refletir e/ou influenciar a distribuição de poder no interior do próprio bloco dominante.

No caso brasileiro, chama especialmente a atenção a própria *mudança de significado* dos pleitos; se uma eleição como a de 1970, com o autoritarismo em seu auge e a repressão correndo solta, tem o ar de farsa mal desempenhada, as eleições posteriores são de inequívoca importância. Para melhor apreender a importância deste salto qualitativo vale a pena relembrar algumas características do regime autoritário no Brasil, que sempre manteve uma certa ambigüidade com relação às instituições democrático-representativas. De 1964 em diante conviveram, sob diversas formas, o "poder revolucionário" e a letra dos textos constitucionais; assim, o Congresso foi várias vezes fechado e teve muitos de seus membros cassados, mas jamais foi simplesmente abolido; o sistema partidário

foi modificado pelo Ato Institucional n.º 2, que impôs o bipartidarismo, mas não deixou de existir; por seu turno, o calendário eleitoral foi sendo cumprido, embora a cada passo fossem mudadas as regras do jogo. Caberia ver nesta coexistência intranquila uma mera homenagem hipócrita às virtudes da democracia representativa, análoga à manutenção de *rubber stamp parliaments* por tantas ditaduras? Cremos que a questão é algo mais complexa; como se sabe, o regime militar autoritário brasileiro não quis, ou não pôde, institucionalizar-se sob a forma de ditadura aberta, seja através de um partido único mobilizador de massas, no corte fascista, seja através do velho figurino hispano-americano da junta militar que adia a reconstitucionalização para as calendas gregas². Em consequência, qualquer tentativa de institucionalização teria que passar pelo quadro já montado, revitalizando o quase moribundo sistema partidário (basta lembrar que a auto-extinção do MDB foi discutida a sério no começo dos 70) e dando outra dimensão às eleições.

Assim, ao ser iniciado o processo de abertura, na transição de Médici a Geisel, inaugura-se uma nova fase; as expressivas vitórias da oposição — 16 das 22 eleições senatoriais de 1974 e virtual empate na votação para a Câmara Federal surpreendem até os adversários do regime, e demonstram a extensão do descontentamento urbano. Dada a fragilidade política do MDB e a relativa desimportância do parlamento, onde, de qualquer forma, mantinha-se a maioria da Arena, o principal resultado da eleição foi o de proporcionar um sinal de alerta, desempenhando, de certo modo, o papel de uma gigantesca pesquisa de opinião. Impôs-se aos estrategistas da



abertura algumas correções de rota e, enquanto prossegue a abertura da imprensa e os órgãos de repressão vão sendo progressivamente contidos, por outro lado o famoso "pacote de abril", em 1977, prepara o terreno para as eleições de 1978. Através da eleição indireta de metade dos senadores, garante-se com antecipação 2/3 das cadeiras para o partido governista, é novamente adiado o retorno às eleições diretas para os governos dos Estados e alterado o número de cadeiras de cada Estado na Câmara Federal, de forma a acentuar a sobre-representação dos pequenos. Com estas medidas, acompanhadas, de quebra, pela limitação do acesso à televisão nas campanhas eleitorais, esvaziava-se de antemão boa parte do significado potencial das eleições de 1978. Configurava-se, com clareza, a disposição do governo de garantir maioria no Congresso e, especialmente, na composição do Colégio Eleitoral destinado a eleger o presidente; assegurado o controle do Executivo, os possíveis êxitos eleitorais oposicionistas não poderiam afetar o equilíbrio do sistema em seu ponto nevrálgico.

As singularidades do encaminhamento do processo de abertura vão se tornando mais evidentes: por um lado, o governo avança, embora por caminhos tortuosos e sempre enfrentando a pressão dos seus zelotes, "radicais mas sinceros" no caminho de uma relativa liberalização, mas no reverso da medalha está a inequívoca determinação de manter o controle dos mecanismos decisórios fundamentais. Neste quadro podem ser absorvidos os resultados eleitorais de 1978, quando o MDB repete o seu êxito, mas de forma menos espetacular; o general Ernesto Geisel pode passar o governo ao novo presidente, o general João Figueiredo, em início de 1979 com parte das reivindicações liberais já atendidas — fim da tortura dos presos políticos e do descontrole dos aparelhos repressivos, término dos poderes excepcionais do AI-5, restabelecimento do *habeas corpus*. Com o encaminhamento, já sob o novo governo, da questão da anistia e os progressos no campo da liberdade de expressão, distende-se a atmosfera e, com o retorno dos exilados e a reincorporação destes e dos demais cassados à atividade política, tem-se a impressão do fechamento do ciclo repressivo. Embora o governo consiga, ao menos em parte, capitalizar para si

VOTOS PARA GOVERNADOR

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB
Acre	33.879	—	4.637	3.152	36.369
Alagoas	257.898	—	—	—	206.856
Amazonas	164.190	—	5.352	4.203	201.182
Bahia	1.623.422	—	25.113	—	1.030.111
Ceará	1.149.468	—	9.961	—	478.853
Espírito Santo	282.728	1.236	10.588	—	448.074
Goiás	470.184	845	9.818	—	964.179
Maranhão	673.916	12.738	8.643	632	180.287
Mato Grosso	203.605	899	887	—	188.878
Mato Grosso do Sul	237.144	5.414	4.541	—	258.192
Minas Gerais	2.424.197	11.160	113.950	—	2.667.595
Pará	461.969	—	11.010	7.214	501.605
Paraíba	509.855	—	3.918	—	358.146
Paraná	1.127.175	6.679	12.047	30.202	1.708.785
Pernambuco	913.774	—	4.027	7.872	816.085
Piauí	393.818	—	5.814	—	271.274
Rio de Janeiro	1.530.706	1.709.180	152.614	536.383	1.073.446
Rio Grande do Norte	389.677	—	3.207	441	283.366
Rio Grande do Sul	1.294.962	775.546	50.713	—	1.272.319
Rondônia	—	—	—	—	—
Santa Catarina	838.150	4.572	6.803	2.281	825.500
São Paulo	2.728.732	94.395	1.144.648	1.447.328	5.209.952
Sergipe	256.385	1.133	1.354	—	77.965
Amapá	—	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—
TOTAL	17.965.834	2.623.797	1.589.645	2.039.708	19.059.019

os progressos havidos, a execução de sua estratégia vai se tornando, a cada passo, mais complexa. Busca-se, simultaneamente, modificar as condições do exercício do poder e manter o controle total.

Para este objetivo, é necessário aperfeiçoar a engenharia institucional; a liberalização da vida política, a própria insistência do regime em apresentar a abertura como seu principal trunfo legitimador tornam cada vez mais complexo o exercício de construção de instrumentos que permitam adiar a realização de eleições plenamente competitivas, com todas as suas implicações. Graças ao exame dos mapas eleitorais é possível prever que, mantidas as tendências de 1974 e 1978 e o caráter plebiscitário dos pleitos, só uma sucessão indefinida de pacotes poderia impedir a chegada do *momento de la verdad*. Ressurge então o tema do pluripartidarismo e inicia-se o encaminhamento da reforma partidária; não é o caso de refazermos aqui as inúmeras marchas e contramarchas que levaram à criação de quatro novos partidos — o PP, o PDT, o PT e o PTB. Basta lembrar que a intenção manifesta dos estrategistas oficiais era por um lado a de criar um partido de centro, que abrigasse arenistas dissidentes e emedebistas moderados e que fosse um parceiro "confiável" em futuras manobras políticas e



parlamentares e, por outro, ressuscitar o velho trabalhismo de forma a dar uma nova vertente moderada ao voto de protesto urbano. (Não estava nos cálculos, aparentemente, o surgimento de dois herdeiros para o antigo PTB, um dos quais dirigido pela *bête noire* Leonel Brizola, nem o aparecimento do PT, congregado em torno do vigoroso e novo sindicalismo paulista, disposto a disputar espaços mais à esquerda.) Com a reciclagem da Arena em PDS — Partido Democrático Social e do MDB em PMDB completava-se o novo elenco.

As esperanças dos que apostavam em um relaxamento das tensões e no reforço de propostas do tipo "união nacional" foram desmentidas pelo agravamento da conjuntura política em 1980 e 1981. Com o pano de fundo de agravamento da situação econômica com o binômio inflação-recessão, aumenta o dissenso no interior do bloco do poder, ressurgem o terrorismo de direita e, após o episódio Riocentro, afasta-se o estrategista-mor do projeto da abertura, Golbery do Couto e Silva. As precauções já tomadas para as eleições de 1982, de especial importância por marcarem a volta à escolha direta dos governadores, parecerão insuficientes aos novos condutores e, em novembro de 81, o governo força mais uma mudança das regras do jogo. O novo "pacote", impondo a vinculação total do voto e obrigando os partidos a apresentar candidatos a todos os cargos inviabilizava as alianças e coligações, mesmo as implícitas, e buscava forçar a "municipalização" do pleito, já que em consequência do adiamento das eleições municipais de 1980 estava prevista a coincidência geral do calendário eleitoral. A resposta do PP e do PMDB foi a da incorporação do primeiro pelo segundo, como forma de enfrentar uma manobra que dificultaria enormemente o acesso aos executivos estaduais de candidatos oposicionistas.

Constituiu-se um quadro onde saltava aos olhos a extraordinária importância das eleições e ia-se tornando mais clara a hibridez institucional do regime, zigzagante entre a busca de uma enganosa legitimidade eleitoral e a reafirmação dos princípios revolucionários. Mas, apesar do periódico retorno das ameaças de retrocesso ("Eu chamo o Pires", teria dito o presidente Figueiredo), a campanha eleitoral travou-se em razoável clima de

liberdade, superando as expectativas. Mesmo as restrições ao pleno acesso à televisão nas últimas semanas não impediram que o interesse popular atingisse níveis nunca vistos e que a informação política fluísse a níveis muito mais elevados do que nas ocasiões anteriores.

Frente aos resultados eleitorais, os porta-vozes oficiais cantaram vitória, alegando a vitória do PDS em doze Estados, diante de 10 da oposição, a maioria, embora relativa, na Câmara de Deputados e a manutenção do controle do Colégio Eleitoral que deverá escolher o próximo presidente. Simultaneamente, a oposição apontava a somatória de votos para governador — 25 milhões, dos quais 19 milhões do PMDB diante dos 18 milhões do PDS, o tamanho e peso econômico dos Estados em que fora vitoriosa e o resultado das distorções na composição do Colégio Eleitoral.

Examinemos mais de perto os resultados; evidenciou-se, com nitidez, a força do bipartidarismo e a extraordinária dificuldade para os novos partidos de conseguirem implantar-se nacionalmente, mesmo tendo significativos êxitos regionais. Nenhum dos três partidos menores atingiu a cota mínima de 5% do total de votos para a Câmara Federal, com 3% em nove Estados, o que significa que sem o adiamento desta exigência legal para a próxima eleição não teriam sobrevivido. O requisito de 3% em nove Estados parece representar uma barreira especialmente grave; o PDT, que por poucos centésimos não ultrapassou o primeiro obstáculo, só venceu o segundo nos dois Estados onde tem presença efetiva — Rio de Janeiro, onde venceu, e Rio Grande do Sul. Por seu turno o PTB não ultrapassou os limites do eixo Rio-São Paulo, onde conseguiu seus 13 deputados federais (5 no Rio de Janeiro e 8 em São Paulo), e só chegou aos 3% no Acre, entre os demais Estados. Já o PT, que ficou com 3% no cômputo global, conseguiu ultrapassar a cota mínima no Acre e em Rondônia, além de sua praça-forte de São Paulo e, mesmo sem atingi-la no Rio e em Minas, elegeu um deputado federal em cada um destes Estados. Outros dados demonstram a extensão da dificuldade desta implantação nacional: o PDT nem sequer apresentou candidatos em onze Estados e só obteve



RESULTADOS GERAIS DA VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR NO ESTADO DE SÃO PAULO NAS ELEIÇÕES DE 1982

	PDS Reinaldo de Barros	PDT Rogê Ferreira	PT Lula	PTB Jânio Quadros	PMDB Franco Montoro	EM BRANCO	NULOS	VOTANTES	ELEITORADO	COMPARE- CIMENTO (%)
Capital	693.018 (17,4)	44.708 (1,1)	568.179 (14,3)	821.827 (20,6)	1.674.588 (42,1)	81.891 (2,0)	96.453 (2,4)	3.980.664 (100,0)	4.582.171	86,9
Interior	2.035.714 (26,7)	49.687 (0,65)	576.469 (7,1)	625.501 (8,2)	3.535.364 (46,4)	582.210 (7,6)	212.376 (2,8)	7.617.321 (100,0)	8.561.847	89,0
TOTAL DO ESTADO	2.728.732 (23,5)	94.395 (0,8)	1.144.648 (9,9)	1.447.328 (12,5)	5.209.952 (44,9)	664.101 (5,7)	308.829 (2,7)	11.597.985 (100,0)	13.144.018	88,2

120 mil dos seus 2,4 milhões de votos fora de seus baluartes fluminenses e gaúchos. Seu rival, o PTB, deixou de se fazer presente em catorze Estados e praticamente inexistiu fora do Rio de Janeiro e São Paulo. Já o PT, embora mais disseminado pelo país, não deixou de confirmar sua imagem de partido paulista, ao ter 72% de seu total de 1 milhão e 460 mil votos (para a Câmara) neste Estado.

Para os herdeiros diretos da antiga dicotomia Arena-MDB, beneficiários do espólio organizacional da antiga rede de diretórios e de lustros de vida política bipolarizada, a eleição foi um teste de natureza distinta; para o PDS, tratava-se de demonstrar condições eleitorais *suficientes* para desempenhar, ou continuar desempenhando, o papel de suporte político-parlamentar do regime. Se tal tarefa é obviamente facilitada pelas regras do jogo, deve-se notar um aspecto pouco lembrado, o da importância de um certo mínimo de votos para que as próprias regras casuísticas dêem frutos; em outras palavras, o PDS não necessita ser efetivamente majoritário para ser preponderante, mas precisa de uma margem de credibilidade.

Examinando os resultados globais, verificamos que, se o PDS manteve o mínimo "operacional" e venceu em dois dos Estados-chave, Pernambuco e Rio Grande do Sul, não conteve a progressiva erosão que vem caracterizando seus resultados desde o recuo da antiga Arena em 1974. Nas eleições para a Câmara Federal, onde conseguira, apesar da *débacle* nas eleições majoritárias, os resultados de 41% em 1974 (frente a 37,7% do MDB) e 40% em 1978 (frente a 39,3% do MDB), atingiu, desta feita, 36,7%. Com este resultado, o partido situacionista conseguiu, por uma escassa margem de 108 mil votos (0,2%) superar o PMDB; apesar da vinculação, manteve-se a tradição arenista de melhores resultados nas eleições proporcionais,

surgindo desta vez uma nova faceta — a tendência nítida do eleitorado pedesista em votar a chapa completa, enquanto o mesmo não ocorreu em igual escala entre os oposicionistas. Assim, enquanto o PDS obteve na sua soma nacional de votos para a Câmara 99% do total nacional de votos para governador, o PMDB ficou em 93% e os demais entre 90% e 93%; graças a isto, continuou, em ponto menor, a velha discrepância entre os resultados de majoritárias e de proporcionais.

Apesar das perdas sofridas e especialmente das significativas derrotas nas eleições para governador dos maiores Estados, seria um exercício de voluntarismo por parte da oposição ver no PDS um partido fraco do ponto de vista eleitoral; mantendo, no geral, suas tradicionais bases do "fundão" do Brasil, especialmente no Nordeste e demonstrando, em alguns casos, uma inesperada capacidade de disputar o eleitorado urbano com candidatos de imagem moderna, como Wellington Moreira Franco no Rio, o partido oficial não se saiu mal de tudo.

Para o PMDB, a eleição foi antes de tudo um teste de sua capacidade em enfrentar o pluripartidarismo e uma avaliação da incorporação do PP. Elegendo nove governadores e continuando como vencedor do campeonato das eleições majoritárias, com 40% do total nacional de votos para governador e 37% do total para senador, o sucessor do antigo MDB emergiu com fortes trunfos da prova de 15 de novembro. Mas inquestionavelmente o crescimento dos novos partidos se deu à sua custa, especialmente no caso do PT e do PDT; é razoável supor que nas condições do bipartidarismo anterior o PMDB teria tido uma vitória ainda mais ampla que a de 1974, mesmo se levarmos em conta a possibilidade dos novos terem capturado uma parcela dos eleitores que poderiam pre-



ferir o voto em branco ou nulo. Vejamos como se distribuiu regionalmente o impacto do multipartidarismo sobre o PMDB; como já foi dito, fora do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul a antiga bipolarização perdeu. Nos demais vinte Estados (incluindo-se o novo Estado de Rondônia, onde não se realizaram eleições para governador) as eleições majoritárias foram duelos entre os grandes; neste conjunto, o PMDB obteve duas vitórias apertadas e até certo ponto inesperadas — Pará e Mato Grosso do Sul —, uma que surpreendeu pela ampla margem de votos, no Paraná e, numa eleição de especial importância, em Minas, além de mais quatro Estados. No esteio nordestino do PDS, os resultados peemedebistas variaram entre derrotas esmagadoras (Ceará, Maranhão, Sergipe e Bahia) e disputas acirradas, como no revés um tanto surpreendente de Pernambuco. Neste conjunto de vinte Estados, a incorporação do PP é certamente o fator fundamental de explicação para as vitórias de Minas e Mato Grosso do Sul, bem como para a margem da vitória no Paraná; é provável que alguns resultados menos desfavoráveis que o esperado, como o do Piauí, também se devam a isto.

Se nestes casos os resultados da incorporação parecem favoráveis, ao menos do ponto de vista eleitoral, no Rio de Janeiro as dificuldades do encontro entre o antigo PP chaguista e o PMDB pré-incorporação facilitaram o retrocesso que o deixou em terceiro lugar, atrás do PDT e do PDS. Não é o caso de discutir aqui, com detalhes, a complexa conjuntura que se delineou no Rio de Janeiro e que merece um estudo em profundidade; basta lembrar que neste Estado, o efeito *conjunto* dos episódios da incorporação e da ampliação do leque de opções proporcionada pelo pluripartidarismo foi especialmente danoso para o PMDB. Foi distinto o panorama no Rio Grande do Sul, onde parece ter funcionado o lema atribuído ao general Golbery — "dividir para conquistar", e o PMDB, apesar de ter boa votação, deixou de alcançar o Palácio Piratini por uma margem de 20 mil votos.

No caso de São Paulo, supunha-se que a amplitude da superioridade eleitoral da oposição, amplamente comprovada nas eleições anteriores, seria suficiente para permitir tanto a vitória do PMDB

ELEIÇÕES PARA A CÂMARA FEDERAL, 1982

PARTIDOS	VOTOS	% DE VOTOS	% DE DEPUTADOS
PDS	17.775.738	36,7	235
PMDB	17.666.773	36,5	200
PDT	2.394.723	4,9	23
PTB	1.829.055	3,8	13
PT	1.458.719	3,0	8
Branços	5.285.008	10,9	
Nulos	2.045.863	4,2	
TOTAL	48.455.879	100,0	479

como uma votação expressiva dos candidatos Jânio Quadros e Lula, o que efetivamente ocorreu. Em termos de comparação nacional, o que mais chama a atenção no quadro paulista é a debilidade do PDS; embora seu candidato tenha conseguido o segundo lugar, seu resultado de 23,5% é o mais fraco do partido oficialista em todo o país. Um pequeno exercício aritmético pode ajudar a demonstrar com clareza o peso da votação paulista no confronto nacional entre os dois grandes partidos; enquanto a soma-tória de votos para os governos estaduais, em todo o país, é de 19 milhões para o PMDB e de 18 milhões para o PDS, para o Brasil, *exclusive* São Paulo, o resultado seria de 15,3 milhões para o PDS e 13,8 milhões para o PMDB.

* * *

Em relação às duas eleições anteriores, o pleito de 82 demonstrou com clareza a cristalização de alguns padrões de comportamento eleitoral já observados³; assim, o predomínio da oposição no voto urbano, especialmente no das concentrações metropolitanas foi confirmado; bem como a força rural do partido situacionista. Um caso que merece atenção especial é o da Bahia, onde o PDS vence o PMDB por 1,6 milhão a 1 milhão, mas perde de longe em Salvador; a um interior que parece por vezes um museu vivo da República Velha, até pelas fortíssimas suspeitas de fraude eleitoral, contrapõe-se uma capital onde predomina o típico voto de protesto urbano. Também em outros Estados de predominância pedessista ocorreram vitórias oposicionistas nas respectivas capitais, sendo São Luís, Aracaju e Florianópolis os únicos êxitos governistas. Estaríamos, então, frente a uma situação arquetípica nos estudos eleitorais, a do confronto entre um interior conservador e um universo urbano voltado para a mudança? Sem

³ O estudo das bases sociais do voto na eleição de 1982 terá o suporte de um amplo programa de pesquisa, incluindo *surveys*, realizado em sete Estados por um consórcio de entidades de pesquisa reunidas na Anpocs.



dúvida sim, mas uma análise mais aprofundada deveria levar em conta algumas qualificações a esta colocação geral. Pelo menos em alguns Estados, a tentativa de municipalizar o pleito teve um efeito bumerangue, já que a vinculação abriu o caminho para um êxito notável do PMDB na conquista de prefeituras; em São Paulo, passou de 37 a 308, o que é especialmente notável se lembrarmos a vitória arenista das eleições municipais de 1976, mesmo depois do grande êxito de 1974; agora, os êxitos do PDS limitaram-se às cidades de até 5 mil habitantes. Em Minas o avanço do PMDB na disputa municipal também foi notável. Por outro lado, como já vimos, resultados como o do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Pernambuco demonstram que, em algumas circunstâncias, o PDS consegue diminuir a extensão da margem oposicionista ou até vencer.

Não resta dúvida que o clássico tema das clivagens regionais continua uma das chaves para a compreensão do processo político brasileiro e, após o pleito, como vimos, vai emergindo um *pattern* com aspectos novos: os Estados onde o pluripartidarismo deitou raízes têm um enorme peso no conjunto, o que faz crer que, apesar das dificuldades da implantação nacional, os novos partidos poderão desempenhar um papel importante. São quase inevitáveis as comparações com o período 1946-1964, marcado pela debilidade, em São Paulo, dos três grandes partidos nacionais (PSD, UDN e PTB) e pela importância do populismo urbano nas eleições presidenciais; desta vez, temos em São Paulo, o principal suporte de um dos dois grandes atuais, o tendão de Aquiles do outro e a presença significativa do janismo e de um partido novo ideológico. Enquanto isto, no Rio de Janeiro desenha-se um quadro especialíssimo, sendo este o único Estado onde *todos* os cinco partidos obtiveram representação na Câmara Federal (e Assembleia Estadual). No resto do país, com exceção da divisão tripartite do Rio Grande do Sul, predomina o bipartidarismo, com a tradicional superioridade rural do PDS sendo em alguns pontos contestada pelo PMDB, principalmente quando este abriga dissidências oligárquicas de peso.

Dentro do quadro geral de eleições semicompetitivas, mencionadas a princípio, pareceria que no Brasil vai surgin-

do um tipo muito específico: a disputa eleitoral se trava dentro de condições razoáveis (embora longe das ideais) de liberdade, o sistema de apuração é fidedigno, no geral, apesar de algumas exceções graves (como o exemplo mencionado da Bahia), o pleito produz resultados políticos de importância, *parte* do sistema de poder está em jogo, estamos longe, em suma, do Portugal de pré-1974. Por outro lado, o regime conserva os trunfos fundamentais, e, nas situações de aperto, ressurgem o eterno fantasma do retrocesso institucional, quando mais não seja como ameaça.

Na complexa situação trazida pelo pleito de 1982, o regime parece em condições de seguir seu cronograma, tendo conseguido êxito em limitar os danos de sua regressão eleitoral e mantido o que denominamos acima de "mínimo operacional". Com maioria relativa na Câmara, fortes possibilidades de buscar no ambíguo PTB, de escassa disposição oposicionista, os votos que faltam e o Senado controlado, o *front* parlamentar poderá permanecer sob controle. Com a eleição de um novo presidente por voto indireto para o período 1985-1991, as rédeas do poder pareceriam asseguradas por um longo período, embora a maioria parlamentar já esteja em jogo em 1986, com o fim do mandato dos senadores biônicos. Mesmo se supusermos, como às vezes se menciona na imprensa, a volta das eleições diretas de 1991, teríamos o que é seguramente um recorde mundial de gradualismo e lentidão em um processo de transição do autoritarismo para a democratização efetiva.

Mas tais cenários são especulativos, embora sejam uma especulação necessária. Por outro lado, será uma surpresa se, no contexto de uma crise econômica extraordinária e de um notável desgaste das bases tradicionais de apoio do regime, este enfrentar dificuldades sem precedentes no próprio processo interno de sucessão? Para a alquimia das eleições intramuros, é componente indispensável um consenso mínimo no interior do bloco do poder, sem o qual não pode surtir efeito o engenho e arte da montagem de fórmulas institucionais.

Maria do Carmo Campello de Souza e Eduardo Kugelman são professores de Ciência Política da USP e membros do IDESP.

Novos Estudos Cebrap, São Paulo,
v. 2, 1, p. 2-7, abr. 83

